

A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil*

Nilo Bernardes

SUEGE/DEGEO

Vinte e seis anos depois de terem recebido colegas de todo o mundo por ocasião do XVIII.º Congresso Internacional de Geografia, os geógrafos brasileiros tiveram agora, novamente, a oportunidade de os receber, e conviverem com vocês por alguns dias nesta Segunda Conferência Regional Latino-Americana que ora se encerra.

Nossos colegas mexicanos, com brilho invulgar, já nos haviam proporcionado um encontro deste gênero em 1966, promovendo e organizando a Primeira Conferência Regional que a União Geográfica Internacional patrocinou na América Latina. Aos que tenham participado de ambos os eventos caberá talvez melhor julgar como

progrediu a Geografia latino-americana, e como ocorreu seu desenvolvimento profissional.

Como é sabido, o desenvolvimento de uma Geografia científica na América Latina é relativamente tardio e, por motivos os mais diversos, bastante desigual entre os países da região. No Brasil, este desenvolvimento pode ser perfeitamente datado a partir de 1934, ano em que foram criadas as primeiras cátedras de Geografia nas, então chamadas, Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em São Paulo (na Universidade de São Paulo) e no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal). Porém, somente na segunda metade da década de 40 pode-se dizer que a Geografia científica realmente de-

* Alocução proferida em 23-3-82, ao ensejo do encerramento da 2.ª Conferência Regional Latino-Americana da União Geográfica Internacional, realizada no Rio de Janeiro.

sabrochou, para logo expandir-se por outros centros culturais do País, a começar por Recife e Salvador. Isso se deve ao fato de que logo no após-guerra consolidou-se o primeiro núcleo governamental de pesquisas geográficas permanentes no antigo Conselho Nacional de Geografia (CNG), fundado em 1937 e incorporado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao mesmo tempo em que se verificou um processo de "maturação" e consolidação de um núcleo de pesquisa na Universidade de São Paulo. Diga-se, de passagem, que o motivo inicial da criação do CNG foi a necessidade de se constituir um órgão pelo qual se fizesse a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional.

A implantação e a difusão, mais ou menos rápida, da pesquisa geográfica no Brasil se deve creditar, também e de modo muito especial, à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) criada em São Paulo em 1934 mas que somente em 1945 foi reestruturada em caráter nacional reunindo os dois grupos, do Rio e de São Paulo. Jamais poderá ser considerada um exagero a ênfase que se conferir ao papel das atividades do antigo Conselho Nacional de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, secundando as primeiras cátedras de Geografia, na germinação e difusão do ensino e, sobretudo, da pesquisa geográfica no Brasil.

Ora, o sucesso inicial dos cursos universitários de Geografia, a fundação e a reforma da AGB, a adesão do Brasil à UGI, a inspiração para a criação de um núcleo permanente de pesquisas no CNG, a expansão das atividades desses órgãos, enfim, o estímulo que as primeiras gerações de estudantes receberam para seguir uma carreira profissional em Geografia, tudo isso devemos ao papel desempenhado por alguns mestres europeus aos quais algumas gerações

de geógrafos brasileiros devem imensamente e, por isso, lhes são, irrestritamente agradecidos.

Por esse motivo, pela obra que eles realizaram em favor do desenvolvimento da ciência geográfica e da profissão de geógrafo no Brasil, eu recebi de meus colegas a incumbência de expressar uma homenagem a essas personalidades, o que faço com grande prazer e também com meus sentimentos pessoais de gratidão.

Antes, porém, creio ser questão de justiça, colocar em foco a figura do pioneiro solitário, batalhador incansável em favor da divulgação da Geografia científica européia e contra a anacrônica descrição (quase sempre mera toponímia) do território nacional. Foi ele *Carlos Delgado de Carvalho* (1884-1980). Nascido na França, de pais brasileiros, optou conscientemente, já adulto, por viver no Brasil e estudar sua Geografia e sua História. Ele aqui chegou pela primeira vez em 1906, depois de ter tido toda sua formação na Europa, justamente em um período de notável importância para as Ciências do Homem e, de modo especial, para a Geografia.

Possuía Delgado de Carvalho uma notável erudição em Geografia, História e Sociologia, além de uma invejável cultura geral. Ao começar seus trabalhos sobre o nosso País, preferiu ele a Geografia por estar chocado com o total desconhecimento, no Brasil, daquilo que poderia ser considerado um estudo geográfico científico. Em 1910 publica o primeiro trabalho, marco inicial de uma abundante produção que, durante sua longa vida cobriu os três campos das disciplinas que ele dominava, além dos problemas da educação e da didática dos estudos sociais.

Sua *Geografia do Brasil*, publicada em 1913, pode ser considerada um marco no desenvolvimento da Geografia brasileira. Infeliz-

mente um marco demasiado avançado para a época, pois o meio científico não estava preparado para a fermentação do pensamento geográfico europeu que já naquela ocasião estava bastante avançado.

Somente mais de vinte anos depois, pela ação direta de alguns mestres franceses, começariam a ser formadas as primeiras gerações de geógrafos brasileiros, nos dois principais centros metropolitanos. Cito-os com uma grande veneração, por eles e pela obra realizada.

Pierre Deffontaines (1894-1978) foi o primeiro deles a chegar. Sua característica principal era o entusiasmo que punha em tudo o que dizia ou fazia. Sendo um extraordinário conferencista e uma figura humana ímpar por sua afabilidade, tinha ele o dom de comunicar seu entusiasmo não apenas aos discípulos mas a todos os que dele se aproximavam. Por sua influência, vários adotaram a carreira de pesquisador em Geografia, não obstante alguns terem, anteriormente, se interessado por outros campos profissionais. Chegou em São Paulo em 1934, mas exerceu também atividades no Rio de Janeiro. Sua irradiante personalidade foi, sem dúvida, um dos fatores favoráveis para o sucesso inicial da Associação dos Geógrafos Brasileiros, cuja fundação ele propôs com as mesmas finalidades da Association des Géographes Français. Do mesmo modo, ele inspiraria seus discípulos no Rio para a futura criação de um núcleo de pesquisas geográficas (CNG) e para a publicação da *Revista Brasileira de Geografia* (iniciada em 1939). Ademais, secundando os esforços de Emmanuel de Martonne, que aqui viera pela primeira vez em 1933, como presidente da União Geográfica Internacional, Deffontaines foi, também, um agente efetivo em promover a adesão do Brasil a esta mesma União.

Pertenceu a uma geração que havia recebido sua formação e ins-

piração diretamente dos grandes mestres, destacando-se Jean Brunhes, seu pai espiritual — os quais, ao redor de Paul Vidal de la Blache, criaram a chamada “escola francesa de geografia”. Assim sua ênfase na abordagem das relações homem-meio, inculcada na mente dos primeiros geógrafos brasileiros, foi-lhes de inegável vantagem intelectual para a interpretação do Brasil. Com efeito, tratava-se de pesquisar um País, naquela época ainda essencialmente agrário, e cujo estudo geográfico em bases científicas estava, praticamente, por ser feito, se excetuamos algumas poucas obras de caráter geral, como por exemplo as de Pierre Denis — *Le Brésil au X^o Siècle* (1909) e “Le Brésil”, in, *Géographie Universelle* (1927).

Sendo necessária uma figura de linguagem para definir o papel de Deffontaines no Brasil nos anos que antecederam de imediato a Segunda Guerra Mundial (1934-1938), eu diria que ele foi como um apóstolo do pensamento geográfico francês de então, pregando e convertendo pessoas para uma nova profissão.

Após a saída de Deffontaines do Brasil, tivemos a grande sorte de contar com a presença de dois outros geógrafos franceses, os quais foram retidos por longo tempo entre nós, não apenas pelos azares da Guerra que nos isolou da França, mas também pelos círculos de relacionamento profissional que eles criaram e pela solicitação crescente como resultante do cumprimento de uma verdadeira missão na consolidação dos cursos universitários e na difusão da pesquisa geográfica.

Permitam-me que eu me detenha primeiro no nome de *Pierre Monbeig* (1908—). Ele chegou a São Paulo em 1935, ainda bem jovem, mas já portador de uma segura cultura geográfica que, aliada à sua capacidade de comunicação e à sua índole afável, tor-

nou-o desde logo um verdadeiro “mestre”, dilatando progressivamente um círculo de discípulos e colegas a sua volta. Graças a ele, o curso de Geografia da Universidade de São Paulo, adquiriu e manteve por vários anos uma preponderância entre os demais cursos universitários do país quanto ao desenvolvimento da pesquisa aliada à atividade do ensino. Também graças a ele, floresceu em São Paulo já na década de 1940, um certo espírito de grupo profissional, então praticamente inexistente nas áreas geográficas das demais universidades. Assim, o dinamismo profissional no Departamento de Geografia e as características peculiares da pesquisa, fruto da inspiração de Monbeig, foram de molde a que os nossos colegas de São Paulo, desde então, falassem com orgulho em uma “escola paulista de geografia”.

Em suas atividades, ele desenvolveu uma prática de divulgação geográfica escrevendo em jornais e levando ao grande público o resultado de suas pesquisas e de suas reflexões. Sua linha de preocupações geográficas correspondia ao dinamismo de uma região ainda em processo de ocupação agrária, mas já apresentando os resultados geográficos de uma nascente industrialização. Seus estudos sobre as frentes pioneiras no Sudeste Ocidental do Brasil foram totalmente inovadores na Geografia do Povoamento e ainda hoje, permanecem como um clássico e indispensável documento sobre a evolução do Estado de São Paulo.

Monbeig foi um membro muito atuante na Associação dos Geógrafos Brasileiros, da qual foi presidente e de cuja reforma, em 1945, foi inspirador. Sua participação em reuniões de caráter nacional foi bastante importante para o convívio profissional e a cooperação científica entre todos nós.

Francis Ruellan (1894-1975), que trabalhou no Rio de Janeiro entre 1940 e 1956, mas também ensinou em outros centros como São Paulo, foi outra personalidade cujo entusiasmo cativou dezenas de discípulos e sobre os quais exerceu influência em graus variados. Despertou um grande número deles para a pesquisa e os encaminhou na profissionalização, em uma época ainda de incertezas quanto ao futuro prático do novo — novo entre nós, brasileiros — campo disciplinar. Ele formou o que poderíamos considerar a segunda geração de geógrafos no Rio de Janeiro.

Seus cursos eram dados na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas ele teve a ventura (e para muitos de nós ventura maior, pelo muito que lucrámos com isso, de estar também associado ao Conselho Nacional de Geografia do qual era Assistente Técnico, o que lhe permitiu uma expansão de suas atividades como professor, pesquisador e, sobretudo, treinador de pesquisadores como talvez ninguém tenha sido no Brasil, em número e intensidade. Ele se dedicava quase que somente à Geomorfologia para a qual tem uma notável contribuição, tanto em termos brasileiros como internacionais. Mas ele tinha uma grande sensibilidade para os fatos da Geografia Humana e, sobretudo para as interações, não fosse ele, também, discípulo direto dos primeiros mestres lablacheanos, dentre os quais Emmanuel de Martonne. Suas preleções em campo, fazendo o “tour d’horizon”, eram magistrais. Ao que me consta, ele jamais saiu só, ou acompanhado de apenas uma ou duas pessoas, para pesquisas de campo. Combinando as freqüentes excursões didáticas com as suas pesquisas pessoais, fazia-se acompanhar de uma grande leva de alunos e jovens

geógrafos, moças e rapazes, uma turba sempre bizarra que ainda naqueles anos dos fins dos quarenta, começo dos cinquenta, constituía um espetáculo inédito para as populações do interior do Brasil, que estavam ensaiando seu egresso do isolamento e dos hábitos severos de uma sociedade tradicional. Aquilo que alguns de nós costumamos chamar de “conhecimento empírico acumulado” sobre o território brasileiro e sobre sua ocupação foi sobremodo acelerado pelas excursões de Francis Ruellan e seus alunos, tal foi a extensão do percurso de cada uma e o recobrimento espacial resultante do conjunto delas. É preciso notar que nos primeiros tempos destas atividades (até 1950), o País mal tinha 500 (quinhentos) quilômetros de estradas modernas e pavimentadas. Com uma organização quase militar de suas equipes e um forte domínio imposto por sua personalidade, Ruellan conseguia uma disciplina pessoal e de trabalho que marcou muitos os que com ele conviveram e que também explica, pela ausência de incidentes, o sucesso obtido em lograr sempre os recursos necessários. Para mim, não há dúvida que o conhecimento empírico sobre o Brasil, do Paraná a Roraima, em companhia de Ruellan, foi fundamental para um amplo e rápido desenvolvimento profissional do grupo de geógrafos do Rio de Janeiro. Por outro lado, os longos e rápidos deslocamentos nessas excursões nos obrigaram a pensar, desde cedo, em termos de grandes conjuntos geográficos, o que, sem dúvida, era essencial para um País como o Brasil, muito extenso e pouco conhecido geograficamente.

Ao papel desempenhado por esses três mestres universitários franceses, devemos juntar o de *Leo Heinrich Waibel* (1888-1951), que esteve igualmente, um longo período conosco no final da década de 40 (1946 a 1950). Naturalizado cidadão norte-americano, tal como

muitos cientistas europeus que o vendaval da intolerância lançou na América, ele conservou integralmente sua germanidade, tanto no intelecto, como no comportamento e como figura humana.

Waibel foi contratado pelo Conselho Nacional de Geografia como Assistente Técnico e nessa condição se manteve durante toda sua permanência no Brasil. Não realizou cursos, não esteve ligado a Universidade alguma e seu círculo de discípulos, colaboradores e auxiliares diretos foi relativamente pequeno. Mas não há dúvida que exerceu grande influência bem além deste círculo. Suas pesquisas renovaram e inovaram temas e abriram novas direções para o estudo da Geografia brasileira. Sobretudo, despertou a atenção para problemas que deveriam merecer preferência naquela época e que mantiveram sua atualidade até nossos dias, tais como a ocupação agrícola dos campos limpos do sul do Brasil e dos campos cerrados do Brasil Central. Ele foi o primeiro geógrafo a abordar de forma insistente problemas como estes, acentuando, evidentemente, o caráter prospectivo da contribuição geográfica.

Combinando seu precoce pendor para a Biogeografia (no Brasil, se dedicou ao estudo da vegetação) com seu entusiasmo pela Geografia Econômica, ele fez avançar muito a pesquisa em Geografia do Povoamento (colonização européia), em problemas da utilização da terra e da organização agrária do território. Desde logo comunicou o gosto por estes temas a seus discípulos e graças a ele começou, entre nós, a especialização em Geografia Agrária, um ramo da Geografia do qual foi justamente ele, *Leo Waibel*, um dos fundadores no período entre as duas Guerras Mundiais. Ao chegar ao Brasil, ele compreendeu que o estudo integral das grandes regiões para me-

lhor compreensão do País, tarefa a que a nascente Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia se propunha, não se apresentava como a orientação mais conveniente. Por sua formação e por sua índole metodológica ele preferia o estudo sistemático de um tema, ou um problema, cumprindo um intenso programa de pesquisas, e ele estava convencido de que a compreensão da Geografia brasileira far-se-ia mais rapidamente desta maneira. A evolução posterior da Geografia Mundial e do Brasil, a partir de estudos tópicos, mais do que mostrou a validade de tal proposição.

Suas pesquisas de campo, sempre em companhia de um limitado grupo de assistentes, cobriram de forma sistemática o Planalto Central, o Brasil Meridional e o Brasil Oriental até a Bahia. Sua técnica de pesquisa em campo era baseada na análise da paisagem econômica. A preocupação constante com o rigor científico, separando a descrição da interpretação e exigindo verificação e crítica de idéias e proposições já adotadas, eram posturas quase que obsessivas. Por outro lado, possuía e exigia dos discípulos e colegas uma constante humildade científica. Embora conhecedor do mundo tropical e subtropical, por sua experiência na África e na América Central, ele não vacilou em mudar algumas de suas velhas e novas concepções ao interpretar a realidade brasileira. Creio, deste modo, que um dos grandes ensinamentos que nos deixou, tendo em vista o estágio em que estávamos na época, foi a de que o pensamento geográfico está em constante reformulação.

Além desses quatro geógrafos estrangeiros que mantiveram um longo convívio conosco, os quais lançaram, antes dos anos 50, as bases do que poderíamos chamar a Geografia profissional brasileira, há, ainda, outros, sempre lembrados pela contribuição que também

trouxeram. Realizando mais do que suas pesquisas pessoais, deram cursos ou desenvolveram trabalhos em cooperação e treinaram pesquisadores, quer em Universidades quer no IBGE (CNG). Foram portadores de novos conceitos, novos métodos, novas técnicas, produziam novos estímulos profissionais, dando exemplo de disciplina intelectual e dedicação à pesquisa. Dentre eles permito-me citar: *Pierre Gourou* (que aqui esteve em 1949) — inovador dos estudos tropicais; *Preston E. James* (1950) — por todos nós considerado o decano dos geógrafos latino-americanistas, o qual realizou pesquisas pioneiras sobre potencial de utilização da terra no sertão nordestino; *Pierre Danserau* (1945) — iniciador da Biogeografia no Brasil; *Gottfried Pfeifer* (1950) — discípulo fiel e continuador de Waibel; *Jean Tricart* (de 1956 em diante) — renovador dos estudos em Geomorfologia e entusiasta da Geografia Aplicada; *Michel Rochefort* (que aqui esteve inúmeras vezes depois de 1956) — introdutor de novos métodos e novas técnicas em Geografia Urbana e regionalização; *Jacqueline Beaujeau-Garnier* (1956 em diante) — fazendo Geografia da População e também Geografia Urbana; *John P. Cole* (1969-1970) — difundindo os métodos quantitativos e os postulados da Geografia Teorética; *André Libault* (1963-1971) — impulsionador da Cartografia Temática. Todos eles são indissociáveis da evolução da Geografia brasileira.

Afortunadamente, a especificidade geográfica do território brasileiro e as etapas históricas recentes do País ofereceram alguns temas que, desde logo, despertaram um certo senso de pragmatismo, acentuado com o movimento mundial dos anos 1950-1960 por uma Geografia Aplicada.

Coube ao CNG/IBGE, como agência governamental, enfrentar desde cedo os primeiros desafios.

Assim, já na década de 1940, nele foram realizados os primeiros estudos para uma Divisão Regional do País, a qual foi adotada oficialmente para fins estatísticos. A responsabilidade intelectual por esses estudos, um verdadeiro marco na Geografia profissional, coube a *Fabio de Macedo Soares Guimarães* (1906-1979), em torno de quem se estruturou a pesquisa geográfica no IBGE. Outros exemplos relevantes são os estudos realizados (em 1947) com vistas à Localização da Nova Capital Federal, atual Brasília, para os quais contribuíram de forma substancial Leo Waibel e Francis Ruellan, trabalhando com equipes próprias e, a bem dizer, lançando bases para a aplicação da Geografia.

Quando o planejamento regional passou a ser uma preocupação político-administrativa no início da década de 1950, começaram a ser feitos os primeiros estudos geográficos para este fim, como por exemplo: delimitação da Amazônia para fins legais; caracterização da Bacia do São Francisco como base para diagnóstico sócio-econômico; estudo da área de influência da Usina Hidrelétrica do São Francisco (Paulo Afonso); levantamento geográfico da Bacia Paraná-Uruguai (uma tentativa de trabalho cooperativo pelos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros); e assim por diante.

Não por mera coincidência, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em 1956, marcou muito a evolução da Geografia brasileira. Aliás na própria seqüência dos Congressos Internacionais de Geografia, ele marca o fim de uma fase clássica: a estrutura e a organização dos futuros Congressos passariam a ser mais complexas e a emergência de novos temas daí por diante significaria grandes mudanças no campo da pesquisa, atingindo o próprio paradigma da Geografia.

Para os brasileiros, o Congresso significou diretamente, entre outras coisas o seguinte: 1) provocou um balanço no conhecimento já acumulado sobre o território e, até mesmo, provocou um avanço nesse conhecimento, consubstanciado na série de nove livros-guias abrangendo todas as macrorregiões do País; 2) pela primeira vez, estabeleceu-se uma efetiva e intensa cooperação entre geógrafos dos centros de pesquisa já existentes para a consecução de objetivos comuns; 3) ocorreu a circunstância de que pela primeira vez, geógrafos do terceiro mundo tinham um contato em larga escala com seus colegas mais experientes do hemisfério norte, sendo que para os estudiosos brasileiros, fora dos dois grandes centros, este contato foi particularmente proveitoso e acelerou a difusão espacial da Geografia científica; 4) teve-se consciência de que a pesquisa e o desenvolvimento do campo profissional atingido entre nós já haviam atingido um razoável nível, embora ainda limitado a uns poucos centros; 5) provocou uma aferição dos rumos metodológicos da pesquisa e dos temas preferenciais, rompendo enfoques tradicionais.

Como vimos, o forte predomínio da influência do pensamento da escola francesa lablachiana (a partir de 1934) marcara a primeira fase do desenvolvimento da Geografia brasileira, depois dos trabalhos precursores de Delgado de Carvalho. Com os trabalhos de Preston James, mas sobretudo os de Waibel, mais preocupados com a abordagem tópica (sobretudo problemas da utilização da terra) e a ênfase econômica, verifica-se uma segunda fase (1946-1956), sem ter ocorrido, porém, uma eliminação da influência anterior na produção de muitos geógrafos. Esta nova influência resultou de um primeiro contato direto de um pequeno grupo de geógrafos brasileiros que, em meados da década

de 1940, estudaram em universidades norte-americanas.

O Congresso do Rio de Janeiro, como vimos, pode ser considerado como o evento inicial de uma terceira fase, com a difusão de novos métodos e novos temas, em Geografia Física (Tricart), Geografia Urbana (Rochefort) e Regionalização. Aumentou também a influência do pensamento da Geografia Social francesa de Pierre George. Esta fase se consubstancia melhor na década de 1960, marcada pelo desenvolvimento da Geografia Tópica e pela difusão da nova teoria regional, embora com dez anos de atraso em relação a sua formulação. Ela culmina com os primeiros estudos de regiões polarizadas e outra sobre regiões homogêneas (Microrregiões Homogêneas) do Brasil, realizados no IBGE.

Uma quarta fase ocorre nitidamente ao longo da década de 1970 com a propagação dos métodos quantitativos e a preocupação por teorias e modelos. Ela resultou de uma segunda aproximação com a Geografia de alguns centros norte-americanos e foi inicialmente inspirada por Brian Berry (em 1968) e, muito influenciada por John Cole.

Finalmente, a presente década representa uma quinta fase, com o advento da Geografia radical, ao surgir uma corrente com esta tendência no seio da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a partir do 3.º Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza (1978). A aplicação do marxismo na explanação geográfica foi, inicialmente, resultado de uma reação de alguns ao quantitativismo e a um corpo teórico desenvolvido no contexto da realidade do hemisfério norte. Mas é inegável que este movimento veio se coadunar com forte orientação de grupos de especialistas das demais Ciências Sociais, as quais não passaram pelo quantitativismo em forma análoga

à Geografia. Cabe lembrar, contudo que, como as demais correntes do pensamento geográfico que marcaram as fases anteriores, esta também é bastante realimentada pela atuação de grupos acadêmicos do hemisfério norte.

Refiro-me a estas cinco tendências principais como "fases" da Geografia brasileira porque cada uma delas surge de maneira clara em determinados momentos. Mas, tais tendências coexistem ainda no momento atual.

Acredito que nos demais países latino-americanos tenham ocorrido, também, fases análogas a essas, embora com cronologia e inspirações diferentes.

Não obstante o desenvolvimento desigual, de país para país, e mesmo entre os centros culturais de cada um, como ainda é o caso flagrante do Brasil, existem na maior parte deles, grupos de vanguarda sempre preocupados pela atualização metodológica e pela maneira como vai evoluindo a Ciência em geral, e a Geografia, em especial, por todo mundo. É uma preocupação mais ou menos geral, entre outras, a de que a renovação da Geografia na América Latina, talvez mais do que a das demais Ciências Sociais, sofre de estreita dependência do pensamento científico em relação à produção do hemisfério norte. São constantes as manifestações quanto à falácia de se insistir na aplicação indiscriminada de teorias e modelos elaborados fora de nossa realidade. E também manifestações quanto ao fato de que os próprios latino-americanos tem feito muito pouco para inverter esta tendência. Devemos reconhecer, sem negar de todo, que há um certo exagero nesta crítica. Penso, por outro lado, que a nossa Geografia tem sabido adotar esquemas interpretativos de outras disciplinas (tais como a teoria da dependência, o modelo centro-periferia) e desenvolvido

pouco ela mesma. Aliás, com o advento das preocupações teóricas (anos 1970), os geógrafos brasileiros realizaram uma ampla abertura interdisciplinar antes muito tímida, no sentido de acompanhar e absorver os progressos de interpretação alcançados pelas demais Ciências Sociais. Deste modo acentuou-se, também, o diálogo científico interdisciplinar, já que na década anterior, o diálogo se fizera mais a nível técnico, com as disciplinas do planejamento.

Estou consciente, e não duvido que quase todos também estejam, de que um progresso da Geografia latino-americana mais rápido e mais adequado às características de nossos países e às reais necessidades de nossos povos depende basicamente, de estreitarmos ainda mais, os contatos e a cooperação entre nós mesmos, em uma forma ampla e aberta, independentemente de um canal único, e forçado, para o entendimento mútuo.

Como sabem, durante muitos anos eu mantive, por dever de ofício, contatos profissionais no meio geográfico continental, tanto a nível de pessoas como de instituições. Posso assim testemunhar que tem sido muito pouco o progresso realizado no sentido de um maior relacionamento profissional direto entre os latino-americanos e de um esforço institucionalizado para a cooperação direta com vistas ao progresso da Geografia no âmbito latino-americano. A realidade é que ainda fazemos muito pouco intercâmbio e nos conhecemos de forma ainda muito limitada. Por isso, nessa ocasião, proponho aos colegas latino-americanos, que procuremos uma oportunidade para analisar as causas desse isolamento e para tomar medidas que anulem os inconvenientes que dificultam nosso acercamento mais amplo e mais efetivo.

Creio que o patrocínio da União Geográfica Internacional, desvin-

culado, como é, de injunções tanto governamentais como ideológicas ou acadêmicas, pode ser fundamental para o maior acercamento dos geógrafos latino-americanos. A UGI poderia, para começar, criar condições para uma cooperação de forma orgânica entre as Secções Nacionais do continente, formando, por exemplo, um Comitê Regional para a América Latina (e como, aliás, poderia fazer o mesmo para a África ou a Ásia) o qual teria a função específica de promover programas regulares de cooperação entre os geógrafos e as instituições de pesquisa e de formação profissional nos países da região. Tal Comitê Regional, atuando através dos Comitês Nacionais da UGI, teria funções acadêmicas específicas que, ao meu ver, não se confundiriam com as que possuem outras organizações, como o Instituto Panamericano de Geografia e História ou a Associação denominada Conferência dos Geógrafos Latinoamericanistas.

Ao finalizar, desejo reiterar em nome dos geógrafos brasileiros o grande prazer que tivemos durante estes quinze dias com a companhia de colegas provenientes de quarenta e seis países, de todos os continentes, de todas as latitudes, aos quais devemos o alto nível das reuniões realizadas aqui no Rio de Janeiro e em outros oito lugares do País. Se enfatizei a cooperação entre os latino-americanos foi por uma necessidade, bem evidente de se promover o desenvolvimento do campo profissional na região. É óbvio, porém, que a cooperação de geógrafos de todas as áreas do globo, tanto no âmbito da UGI como em caráter individual não somente é necessária como é firmemente desejada. Muito obrigado a vocês todos pelo comparecimento e pela contribuição ao ambiente científico e ao clima de calorosa amizade que deram a esta Conferência.